



Handwritten initials in blue ink.

**Procedimento Concursal Comum para Assistente Operacional
(Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais)**

ATA N.º 1

Aos 18 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu nas instalações do Departamento de Higiene Urbana, sitas na, Av. Infante D. Henrique, Lote 1 em Lisboa, o Júri do Procedimento Concursal Comum para Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), tendo em vista a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, constituído pelo Técnico Superior (Engenharia Geográfica), Miguel Lopes de Oliveira Marques Gonçalves, na qualidade de 1.º Vogal Efetivo em substituição da Presidente de Júri por impedimento desta, pelo Coordenador Técnico (Administração Local), Luís Manuel Damião dos Santos, na qualidade de 2.º Vogal Efetivo e pelo Assistente Técnico (Administrativo), José António Parra Sande, na qualidade de 1.º Vogal Suplente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I – Identificar o requisito habilitacional
- II – Definir o perfil de competências adequado ao exercício da atividade;
- III - Fixar os métodos de seleção a utilizar, bem como os respetivos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa de cada método e o sistema de valoração final;
- IV – Estabelecer critérios de ordenação preferencial.

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade e por votação nominal, o seguinte:

I - REQUISITO HABILITACIONAL

1. A categoria de Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais), da carreira geral de Assistente Operacional, com o grau 1 de complexidade, depende da titularidade da escolaridade obrigatória ainda que acrescida de formação profissional adequada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à lei n.º 34/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, adiante designada por LTFP, conjugada com a alínea c) do n.º 1 e com o n.º 2, ambos do artigo 88.º e anexo da referida LTFP.

1.2. Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 34.º da LTFP, sem prejuízo do disposto nos números seguintes, pode apenas ser candidato ao procedimento quem seja titular do nível habilitacional e, quando aplicável, da área de formação, correspondentes ao grau de complexidade funcional da carreira e categoria caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento é publicitado.

2. Nos termos do n.º 2 do referido artigo 34.º, excecionalmente, a publicitação do procedimento pode prever a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da habilitação exigida, considere dispor da formação e, ou, experiência profissionais necessárias e suficientes para a substituição daquela habilitação.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'M' and 'A'.

2.1. Ao abrigo do n.º 4 do referido artigo 34.º, o júri analisa, preliminarmente, a formação e, ou experiência profissionais e delibera sobre a admissão do candidato ao procedimento concursal e em caso de admissão, a deliberação, acompanhada do teor integral da sua fundamentação, é notificada aos restantes candidatos.

2.2. Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º da LTFP, no presente procedimento, excecionalmente, é considerada a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da escolaridade obrigatória, comprove dispor de formação profissional no mínimo de 20 horas, ou experiência profissional no mínimo de 3 meses, ou dispor cumulativamente de formação profissional no mínimo de 7 horas e de experiência profissional no mínimo de 2 meses, na área para a qual o procedimento é aberto, Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais.

2.2.1. A formação profissional deve ser comprovada por documentos emitidos por entidades acreditadas, que refiram expressamente a área da formação relacionada a Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais e o número de horas de formação profissional.

2.2.1.1. Caso nos certificados de formação profissional seja discriminada a duração em dias, é atribuído um total de 6 horas por cada dia de formação, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;

2.2.1.2. Caso nos certificados de formação profissional não seja indicada a duração, em horas ou dias, é atribuído um total de 6 horas, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;

2.2.1.3. Caso nos certificados de formação profissional, exista discrepância entre o número total de horas da formação e o número de horas efetivamente assistidas, será este último o contabilizado.

2.3. A experiência profissional deve ser comprovada por documentos emitidos pelas respetivas entidades para as quais exerça ou tenha exercido as funções na área de Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, que contenham a discriminação das funções efetivamente desempenhadas e a duração do período de trabalho nas mesmas.

II – PERFIL DE COMPETÊNCIAS

A definição do perfil de competências adequado ao desempenho de funções de Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais) atendeu à seguinte caracterização dos postos de trabalho a que se destina o presente procedimento concursal, prevista no Mapa de Pessoal para o ano de 2026, aprovado pela Assembleia Municipal através da Deliberação n.º 016/AML/2026, tomada em reunião de 13 de janeiro de 2026 e publicada no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1666, de 22 de janeiro de 2026:

Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais) - *Conduz máquinas pesadas e outros veículos pesados especiais, adotando um modo de condução defensiva e ecológica e tendo em atenção a devida acomodação e segurança da carga transportada; manobra também sistemas hidráulicos, elétricos, mecanismos e equipamentos complementares de trabalho do veículo/máquina; é responsável por garantir a adequada utilização, abastecimento, conservação, limpeza e estacionamento do veículo/máquina; procede a verificações diárias das condições de utilização e funcionamento do veículo/máquina, sendo responsável pelo*



Handwritten initials in blue ink, possibly "H" and "A".

reporte e esclarecimento de anomalias detetadas no veículo/máquina e ocorrências no decurso do serviço que lhe foi atribuído; em caso de avaria grave ou acidente, toma as providências necessárias com vista à regularização dessas situações para garantir a segurança de terceiros, seus passageiros e do próprio veículo/máquina.

Assim, considerando a referida caracterização dos postos de trabalho a preencher, deve ser aferido o seguinte perfil de competências nos candidatos:

1. **Orientação para o Serviço Público:** em que se avalia a capacidade para atuar de acordo com os valores e princípios éticos, revelando compromisso com a missão do serviço público e contribuindo, pelo seu exemplo e conduta pessoal, para incrementar a confiança e reforçar a imagem de uma Administração Pública (AP) ao serviço do interesse coletivo.
2. **Orientação para a colaboração:** em que se avalia a capacidade para estabelecer relações efetivas com os seus interlocutores, contribuir para uma rede relacional colaborativa e promover um clima de bem-estar para alcançar objetivos comuns.
3. **Orientação para os resultados:** em que se avalia a capacidade para focar a ação em objetivos que acrescentam valor para a sociedade e para o cidadão, otimizando a utilização dos recursos, garantindo elevados padrões de qualidade e, no seu todo, a sustentabilidade da atividade da Administração Pública.
4. **Análise crítica e resolução de problemas:** em que se avalia a capacidade para recolher, interpretar e compreender informação relacionada com a atividade, estabelecer relações e tirar conclusões lógicas a partir de factos e dados objetivos, antecipar e sinalizar problemas, utilizar processos técnico-científicos na abordagem aos problemas e recorrer a diferentes fontes para encontrar soluções em tempo útil.
5. **Orientação para a Segurança:** em que se avalia a capacidade para priorizar a segurança no trabalho em todas as atividades e decisões, seguir as regras e procedimentos relacionados com a segurança, identificar, avaliar e mitigar riscos para si, para os outros e para o meio ambiente, identificar oportunidades de melhoria nos procedimentos e práticas de segurança.

III – MÉTODOS DE SELEÇÃO A UTILIZAR, RESPETIVOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO, SUA PONDERAÇÃO, GRELHA CLASSIFICATIVA DE CADA MÉTODO E SISTEMA DE VALORAÇÃO FINAL

Com base no perfil de competências definido e considerando o artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (adiante designada por Portaria), que estabelecem métodos de seleção obrigatórios consoante a situação jurídico-funcional do trabalhador, bem como o artigo 18.º da Portaria que determina quais os métodos de seleção facultativos, atendendo às funções a exercer pelos candidatos a recrutar, o Júri optou pela aplicação dos seguintes métodos de seleção:



[Handwritten signature]

- Para candidatos que estejam a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, bem como para os candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade: Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Exame Médico.
- Para os restantes candidatos: Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Exame Médico.

Estes métodos de seleção são valorados através dos seguintes parâmetros de avaliação:

1. PROVA DE CONHECIMENTOS (PC), que visa avaliar os conhecimentos profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício da função, comporta uma única fase, é de realização individual, incide sobre conteúdos de natureza específica diretamente relacionados com as exigências da função e reveste a natureza prática e teórica assumindo esta a forma oral.

1.1. A Prova de Conhecimentos consistirá na execução de tarefas de condução e operação de máquinas e veículos pesados e resposta a questões oralmente relacionadas com conhecimentos profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função, sendo classificada de acordo com os seguintes parâmetros de avaliação:

A – Atitude perante a tarefa

Avaliação do interesse, empenho, sentido de responsabilidade, espírito de equipa e entreatajuda, confiança em si próprio antes e durante a execução da tarefa, valorado até ao máximo de 5 valores.

B – Aptidão e qualidade na execução da tarefa

Apreciação do domínio técnico e capacidade com que executa corretamente a tarefa, valorado até ao máximo de 10 valores.

C – Regras de segurança do trabalho e avaliação de conhecimentos específicos sobre a manutenção e conservação da viatura

Avaliação do conhecimento das normas e procedimentos de segurança exigidos para o desempenho da tarefa, bem como a apreciação dos conhecimentos específicos sobre manutenção e conservação da viatura utilizada na execução da tarefa, valorado até ao máximo de 5 valores.

1.2. A classificação da Prova de Conhecimentos resulta da soma aritmética simples da valoração obtida em cada um destes parâmetros de avaliação, numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, nos seguintes termos:



g. 7
H.

$$PC = A + B + C$$

Em que:

PC = Prova de Conhecimentos

A = Atitude perante a tarefa

B = Aptidão e qualidade na execução da tarefa

C = Regras de segurança do trabalho e avaliação de conhecimentos específicos sobre a manutenção e conservação da viatura

1.3. Bibliografia e legislação de apoio para a Prova de Conhecimentos:

1.3.1. Manual de Formação de Condutores de Viaturas Municipais /Câmara Municipal de Lisboa

1.3.2 Código da estrada e manuais de segurança rodoviária. A atualização desta legislação, ocorrida após a publicitação do presente procedimento, será da responsabilidade dos candidatos, sendo sobre a legislação atualizada que versará a prova de conhecimentos.

1.3.3 Cartaz de Equipamentos de Proteção Individual para Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais – Elaborado pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança da Câmara Municipal de Lisboa.

1.3.4 Matriz de Funções Responsabilidade e Autoridade / Direção Municipal de Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa.

1.3.5 Manual Operacional e Instruções de Trabalho – Remoção de Resíduos Urbanos, da Direção Municipal Higiene Urbana da Câmara Municipal de Lisboa;

1.4. Para efeitos de realização da Prova de Conhecimentos, esclarece-se o seguinte:

1.4.1. Durante a realização da Prova de Conhecimentos não pode ser consultada a bibliografia e legislação mencionada no ponto 1.3.;

1.4.2. A bibliografia mencionada nos pontos 1.3.1, 1.3.3, 1.3.4. e 1.3.5 será disponibilizada na Plataforma de Gestão de Processos de Recrutamento da Câmara Municipal de Lisboa em <http://recrutamento.cm-lisboa.pt>.

1.5. Duração máxima da Prova de Conhecimentos: 30 minutos.

2. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (AP), que visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências supra definido no Ponto I., podendo comportar uma ou mais fases.

2.1. A Avaliação Psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não apto.



Handwritten initials in blue ink

3. AVALIAÇÃO CURRICULAR (AC), que visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho, com base na análise do respetivo currículo.

Assim serão considerados e ponderados os seguintes elementos:

3.1. Habilitação Académica (HA) ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes, numa escala de 0 a 20 valores, da seguinte forma:

3.1.1. Pela detenção da escolaridade obrigatória legalmente exigida..... 19 valores;

3.1.2. Pela detenção de escolaridade superior à obrigatória legalmente exigida.....20 valores.

3.1.3. Para efeitos de valoração da Habilitação Académica, esclarece-se que só será considerada a Habilitação Académica devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas.

3.2. Formação Profissional (FP), em que serão consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função a desempenhar, numa escala de 0 a 20 valores.

3.2.1. Assim, partindo de uma base de 6 valores a atribuir a todos os candidatos, com ou sem formação profissional ou com formação profissional que não esteja documentada, serão ainda consideradas as seguintes situações:

3.2.1.1. Formação Profissional diretamente relacionada com o desempenho da função, adquirida através de ações de formação, ações de sensibilização, seminários, colóquios, congressos, simpósios, entre outros, do seguinte modo:

- Até 30 horas (inclusive).....2 valores
- De 31 horas até 60 horas (inclusive).....3 valores
- De 61 horas até 90 horas (inclusive).....4 valores
- De 91 horas até 120 horas (inclusive).....5 valores
- De 121 horas até 150 horas (inclusive).....6 valores
- De 151 horas até 200 horas (inclusive).....7 valores
- De 201 horas até 250 horas (inclusive).....8 valores
- Superior a 250 horas..... 10 valores

3.2.1.2. Por cada participação em ações de formação, ações de sensibilização, seminários, colóquios, congressos, simpósios, entre outros, em área indiretamente relacionada com o desempenho da função..... 0,5 valores, até ao máximo de 4 valores.

3.2.1.3. Para efeitos de valoração da Formação Profissional, esclarece-se o seguinte:

a) Só será considerada a Formação Profissional devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas;



Handwritten initials in blue ink, possibly "A. F." and "A." with a checkmark.

- b) No que respeita ao ponto **3.2.1.1.**, o júri procederá à soma da totalidade das horas de formação frequentadas, atribuindo-lhe a pontuação que lhe corresponde na referida grelha;
- c) Relativamente à Formação Profissional prevista no ponto **3.2.1.1.**, em cujos certificados apenas é discriminada a duração em dias, é atribuído um total de 6 horas por cada dia de formação, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;
- d) Quanto à Formação Profissional prevista no ponto **3.2.1.1.**, em cujos certificados não seja indicada a duração, em horas ou dias, é atribuído um total de 6 horas, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;
- e) No caso de, apesar de a Formação Profissional prevista no ponto **3.2.1.1.** se encontrar concluída, existir discrepância entre o número total de horas da formação e o número de horas efetivamente assistidas, será este último o contabilizado.

3.3. Experiência Profissional (EP), em que será considerado o desempenho efetivo de funções com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, sendo contabilizado o tempo de experiência detido pelo candidato no exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional, desde que respeitantes à atividade de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, numa escala de 0 a 20 valores, do seguinte modo:

- 3.3.1.** Até um ano de experiência profissional em Serviços da Administração Pública.....8 valores
- 3.3.2.** Por cada ano completo a mais de experiência profissional em Serviços da Administração Pública.....acrescem 2 valores, até ao máximo de 12 valores
- 3.3.3.** Para efeitos de valoração da Experiência Profissional, esclarece-se que só será valorada a experiência profissional devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente o período de duração da mesma e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas.

3.4. Avaliação do Desempenho (AD) relativa ao último período de avaliação em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, multiplicando-se por 4, de forma a ser expressa numa escala de 0 a 20 valores.

3.4.1. Para efeitos de classificação da Avaliação do Desempenho, esclarece-se que apenas será considerada a Avaliação do Desempenho devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente a avaliação final, mediante a respetiva menção quantitativa.

3.4.2. Caso o candidato não possua, por razões que não lhe sejam imputáveis, avaliação do desempenho relativa ao período a considerar, o Júri deve prever, face ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria, um valor positivo a considerar na fórmula classificativa, pelo que atribuirá 2,5 valores, atendendo ao fixado no sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública, quanto à avaliação final, prevista n.º 6 do artigo 50.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação dada, pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, aplicada aos serviços da administração autárquica com as adaptações constantes do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'A.A.' or similar.

3.5. A classificação da **Avaliação Curricular** é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a valoração obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos parâmetros a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = 0,3 HA + 0,2 FP + 0,3 EP + 0,2 AD$$

Em que:

AC = Avaliação Curricular

HA = Habilitação Académica

FP = Formação Profissional

EP = Experiência Profissional

AD = Avaliação do Desempenho

4. ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (EAC), que visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função em apreço.

4.1. A Entrevista de Avaliação de Competências, composta por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências *supra* definido no Ponto I, é avaliada numa escala de 0 a 20 valores e pretende aferir a presença ou ausência das competências descritas no respetivo perfil.

4.2. Duração aproximada da Entrevista de Avaliação de Competências: 1 hora e 30 minutos.

5. EXAME MÉDICO (EM), em que se pretende avaliar as condições de saúde física e psíquica dos candidatos exigidas para o exercício da função.

5.1. O exame médico será realizado atendendo ao estabelecido para os condutores de veículos da categoria C no Regulamento de Habilitação Legal para Conduzir, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, na redação atual (RHLC).

Os critérios clínicos avaliados no Exame Médico têm também em conta os Riscos Profissionais identificados na Avaliação de Riscos, assim como os indicadores de Saúde Ocupacional do Departamento Saúde Higiene Segurança do Município.

5.1.1. Os anexos V e VI do Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (RHLC), fixam os requisitos mínimos de aptidão física, mental e psicológica, exigidos aos condutores.

5.1.1.1. – Avaliações prévias segundo os anexos V e VI do Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir (RHLC) Assim, na verificação dos requisitos mínimos de aptidão física, mental e psicológica os candidatos serão questionados acerca da existência prévia de:



g
M
A.

- Relatório de Avaliação Psicológica (a que se refere o n.º 2 do artigo 26º do RHLC)

- Relatório de Avaliação Física e Mental e Atestado Médico (a que se refere o n.º 1 do artigo 26º do RHLC)

5.1.1.2. – Avaliação e requisitos referidos no Relatório de Avaliação Psicológica (a que se refere o n.º 2 do artigo 26º do RHLC) – Esta avaliação psicológica é específica, complementar e integrante da Prova Exame Médico;

5.1.2. – Avaliação dos requisitos referidos no Relatório de Avaliação Física e Mental e Atestado Médico (a que se refere o n.º 1 do artigo 26º do RHLC)

São assumidos como fundamentos dos Requisitos clínicos do Exame Médico os exigidos pela Direção Geral de Saúde (DGS) no modelo de “exame médico de condutores de veículos a motor” de que se salientam as subsecções de requisitos clínicos:

Visão - Acuidade Visual; Visão Monocular; Diplopia; Campo Visual e Visão Periférica; Visão das Cores; Visão crepuscular; Doença Oftalmológica Progressiva;

Audição; Aparelho de Locomoção -Membros; Coluna Vertebral; Doenças e pareceres de outras especialidades médicas; Doenças Cardiovasculares; Diabetes Mellitus; Doenças Neurológicas; Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS); Epilepsia; Perturbações Mentais; Insuficiência Renal; Transplantes; Disposições diversas – Outras incapacidades; Hábitos – Álcool; Drogas e/ou Medicamentos; Outras Situações; Resultado favorável do exame ou avaliação psicológica.

5.1.3. Outros Indicadores de Saúde Ocupacional e Exames Complementares de Diagnóstico:

5.1.3.1. - Plano Nacional de Vacinação atualizado.

5.1.3.2. - Questionários de antecedentes pessoais e profissionais.

5.1.3.4. - Indicadores de saúde geral e de Saúde Ocupacional

5.1.3.5. - AUDIT C, Teste Fagerström, Teste Richmond, ASSIST,

5.1.3.6. - Questionário da higiene sono

5.1.3.6.1. - Apneia do sono (Questionário STOP-Bang);

5.1.3.6.2. - Questionário da qualidade do sono (Pittsburgh) e Sonolência (Epworth)

5.1.3.7. – Questionário de Lesões Músculo-esqueléticas (LMELT)

5.1.3.8. – Exames Analíticos Gerais: Hemograma completo, Glicemia, Creatinina, GamaGT, ALT/TGP, AST/TGO, Colesterol Total, Colesterol HDL, Trigliceridos, Ácido úrico. Urina II.

5.1.3.8.1. - Exames Analíticos Específicos: pesquisa de imunidade HB (Atc Anti-HBs).

5.1.3.9. - Rastreio da visual com escalas ou com lentes: escala optométrica de Snellen, Wecker, Testes de visão cromática de Ishihara, avaliação do campo visual.

5.1.3.10. - Rastreio da acuidade auditiva: audiograma tonal (dependendo do exame objetivo do médico poderão ser pedidos outros exames complementares ou pedidos pareceres de outras especialidades).



[Handwritten signature]

5.1.3.11. - Rastreio da função Cardíaca: eletrocardiograma simples (dependendo do exame objetivo do médico poderão ser pedidos outros exames complementares ou pedidos pareceres de outras especialidades).

5.1.3.12. - Rastreio de patologia pulmonar ativa: RX Tórax PA (complementarmente ao Exame objetivo do médico); eventual Espirometria simples (dependendo do exame objetivo do médico poderão ser pedidos outros exames complementares ou pedidos pareceres da especialidade de Pneumologia).

5.1.3.13. - Rastreio de LMELT - Lesões Músculo-esqueléticas Ligadas ao Trabalho: RX Coluna vertebral total em carga (2 planos), RX Joelhos (2 planos).

5.1.4. – Avaliação Clínica completa com Exame Objetivo: Anamnese, Exame ectoscópico (pele e mucosas saudáveis), Exame neurológico sumário, Exame do aparelho respiratório, Exame do aparelho cardiovascular, Exame do aparelho digestivo, Exame oftalmológico, Exame otorrinolaringológico, Exame do aparelho osteoarticular, Exame estomatológico, Exame biométrico. Avaliação do desenvolvimento de referência para a idade e sexo, da função endócrina e metabólica.

5.1.5. Critérios clínicos a pesquisar na avaliação clínica:

Doenças infecciosas e parasitárias, Neoplasias (Tumor maligno em qualquer localização ou evolução; Tumores benignos causadores de perturbações funcionais que representem risco acrescido para o trabalhador).

Doenças do sangue, órgãos hematopoéticos e outras situações envolvendo mecanismos imunitários com risco acrescido para o trabalhador no serviço.

Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas com compromisso da capacidade funcional e risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço.

Perturbações mentais e do comportamento com risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço ou para terceiros.

Doenças do sistema nervoso com compromisso da capacidade funcional e com risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço.

Doenças do olho e anexos com perturbação da visão e risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço ou de terceiros.

Doenças do ouvido e apófise mastoideia com perturbação da função auditiva ou do equilíbrio com risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço ou de terceiros.

Doenças do aparelho circulatório com perturbação funcional de risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço ou para o risco de terceiros.

Doenças do aparelho respiratório, com caracterização profissional ou não, que representem risco acrescido para o trabalhador no serviço.

Doenças do aparelho digestivo causadoras de disfunção profissional e que representem com risco acrescido para a atividade do trabalhador no serviço.



[Handwritten signature]

Doenças de pele e tecido celular subcutâneo, com caracterização profissional ou não, que representem risco acrescido para o trabalhador no serviço.

Doenças do sistema músculo-esquelético e tecido conjuntivo, que representem risco acrescido para o trabalhador no serviço.

Doenças do aparelho geniturinário, que pelas suas características representem importante disfunção não compatível com o serviço ou risco acrescido para o trabalhador na atividade.

Malformações congénitas e anomalias cromossómicas, que representem disfunção relevante ou risco acrescido para o trabalhador na atividade.

Traumatismos, intoxicações e outras lesões de causa externa que provoquem perturbação funcional relevante ou risco acrescido para o trabalhador na atividade do serviço.

Sintomas, sinais e anomalias clínicas e laboratoriais sem significado clínico definido e de evolução imprevisível com risco acrescido para o trabalhador na atividade.

5.2. Os candidatos devem no Exame Médico, ser portadores de toda a informação clínica que dispõem e de relatórios clínicos das especialidades médicas que os assistem.

5.2.1. Assiste ao candidato o dever de colaboração. Após a consulta médica convocada formalmente, não serão aceites pedidos de reavaliação ou repetição do Exame Médico, nem aceites exames e informação clínica adicional que tenha sido previamente omitida, deliberadamente pelo candidato, com o objetivo de não colaboração com os serviços clínicos.

5.3. O Exame Médico é avaliado através das menções classificativas de Apto e Não Apto, no cumprimento da legislação aplicável.

6. ORDENAÇÃO FINAL

6.1. Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, pela ordem constante da presente Ata, considerando-se excluído do procedimento o candidato que não compareça à realização de um método de seleção, ou que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores ou um juízo de Não Apto num dos métodos ou fases, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 21.º da Portaria, não lhe sendo aplicado o método de seleção ou fase seguintes.

6.2. A ordenação final resulta da fórmula abaixo indicada e será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando da média aritmética ponderada e expressa até às centésimas dos resultados obtidos nos métodos de seleção aplicados:

$$OF = PC$$

$$OF = 0,50 AC + 0,50 EAC$$



Em que:

OF = Ordenação Final

PC = Prova de Conhecimentos

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

6.2.1. Para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, bem como para os candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade (e que não tenham declarado afastar a aplicação dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências na candidatura), os métodos de seleção a aplicar são a Avaliação Curricular (AC), a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) e o Exame Médico.

6.2.2. Para os restantes candidatos: Prova de Conhecimentos (PC), Avaliação Psicológica e Exame Médico.

IV – CRITÉRIOS DE ORDENAÇÃO PREFERENCIAL

Subsistindo o empate em caso de igualdade de valoração na ordenação final após a aplicação dos critérios de ordenação preferencial referidos no n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria e nos termos da alínea b) do citado n.º 2, aplicar-se-ão os seguintes critérios de ordenação preferencial:

- 1.º - Os candidatos detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas;
- 2.º - Os candidatos com mais antiguidade em serviços da Administração Autárquica, independentemente do tipo de vínculo e da área de atividade, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas;
- 3.º - Os candidatos com mais tempo de experiência profissional na área de atividade para qual o procedimento concursal é aberto, especificamente na recolha de resíduos sólidos e/ou distribuição de mercadorias em circuito urbano até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas;
- 4.º - Primazia na submissão da candidatura na plataforma de recrutamento do Município de Lisboa – data, hora e minuto, contados desde a última alteração à candidatura.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de cujo conteúdo se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi assinada e rubricada pelos membros do Júri.

O 1.º Vogal Efetivo


Miguel Lopes de Oliveira Marques Gonçalves

O 2.º Vogal Efetivo


Luis Manuel Damião dos Santos

O 1.º Vogal Suplente


José António Parra Sande